



Fórum Nacional da Agricultura - FNA

O mercado não pode ser fator de exclusão



**Fernando Henrique
Cardoso**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

■ *Por que o senhor determinou a criação do Fórum Nacional da Agricultura?*

— O FNA foi criado como um instrumento para a sistematização do pensamento estratégico voltado para o aprimoramento do agronegócio nacional, órgão do qual possam sair propostas que tenham abrangência geográfica e representatividade dos interesses dos agentes econômicos, consumidores e trabalhadores. O objetivo último é a remoção de obstáculos à inserção no cada vez mais competitivo mercado mundial e o melhor atendimento do nosso cada vez mais exigente consumidor. É preciso encontrar fórmulas que permitam um melhor aproveitamento do extraordinário potencial de crescimento ainda não explorado na agricultura. O Fórum ilustra, ainda, o empenho de meu governo em mudar o modo de encarar alguns dos temas fundamentais do Brasil, entre os quais está o relacionamento do governo com as lideranças empresariais, traba-

lhadores, governos estaduais e administrações municipais. Em parceria com os empresários agrícolas, fica mais fácil para o governo a identificação dos problemas e a proposição e execução de soluções. Mas é preciso definir de modo claro o que é da responsabilidade do setor privado nos esforços que estão sendo feitos para aprimorar o conjunto da organização produtiva brasileira. Há que se distinguir as atribuições nitidamente de mercado das ações complementares de governo, de modo a estabelecer um clima propício ao pleno desenvolvimento do setor privado. Tenho orientado meus assessores a que conversem com empresários e trabalhadores do campo para que, juntos, tracemos o caminho e a estratégia que permitam alcançar a competitividade interna e externa de que o setor necessita.

■ *Por que o senhor quis a participação majoritária do setor privado no FNA?*

— Creio que é hoje evidente para todos que a busca de soluções para o país não é, nem pode ser, tarefa exclusiva do governo. A parceria com a sociedade é o único caminho para conseguirmos avançar de forma efetiva. No FNA, já conseguimos a adesão de cerca de 500 das maiores lideranças do setor, trabalhando em 34 temas prioritários. O empresário sabe que o grande desafio é vencer a complexidade da participação no mercado, ou seja, inovação tecnológica, preços competitivos, qualidade dos produtos e regularidade de fornecimento. O FNA propicia a visão integrada das cadeias produtivas, identifica ineficiências e facilita a harmonia entre os agentes econômicos. A participação majoritária do setor privado se justifica porque é ele, em última análise, que toma as decisões e assume o risco de organizar, produzir e comercializar, por exemplo, os cereais, laticínios, hortifrutícolas, aves, suínos e bovinos que o Brasil produz. Cabe ao setor privado um pa-

pel decisivo e insubstituível no desenvolvimento do país. O governo entra com sua parte no suporte à produção, no direcionamento de recursos, na proteção e defesa da concorrência, na infra-estrutura e na garantia de um arcabouço jurídico.

■ *Quais as possibilidades da agricultura e do agribusiness brasileiro no cenário internacional?*

— A agricultura brasileira e o agronegócio nacional têm amplas possibilidades de desenvolvimento e crescimento no cenário internacional, particularmente a partir do funcionamento da Organização Mundial do Comércio e da nova regulação que dela se está originando. O setor agropecuário, desde a produção até a comercialização final, apresenta excelentes perspectivas de ganhos de participação nos mercados mundiais. Hoje, as exportações brasileiras são ainda muito modestas ante a demanda internacional. A participação da agricultura, se bem que forte no contexto das exportações brasileiras, é ainda muito pequena em relação ao comércio agrícola mundial. Existe um enorme espaço a ser conquistado pelo setor privado e é isto que o meu governo quer apoiar, de modo a reduzir custos, aumentar a produtividade, eliminar barreiras e impedir a competição desleal. O Brasil, com o maior potencial de expansão de área agricultável do mundo, com certeza saberá aproveitar as novas oportunidades. Citaria, entre tantos, cinco fatores positivos nesse sentido: abertura de grandes mercados, como União Européia e Japão, com redução do protecionismo, crescimento de renda em algumas regiões, como a China e o Sudeste da Ásia, dificuldade dos países em impor restrições não-tarifárias que não estejam baseadas em métodos científicos internacionalmente aceitos, esgotamento da capacidade de oferta por países tradicionalmente supridores mundiais de alimentos e, por fim, a capacidade

do Brasil de ser fonte confiável de suprimento de alimentos de forma regular.

■ *Quais são os obstáculos à competitividade do setor? Como ultrapassá-los?*

— Parte dos obstáculos à competitividade do setor no comércio internacional é de origem doméstica, parte é de origem externa. Os países desenvolvidos ainda estão ajustando suas economias a menores níveis de subsídios diretos à produção agrícola e a realização desses ajustes requer algum tempo. Mas, no médio prazo, haverá uma forte expansão na procura por alimentos e produtos agropecuários, em todo o mundo. Os obstáculos à competitividade, decorrentes das políticas nacionalistas do passado, tendem a diminuir. Europa, Japão e EUA têm compromissos com a OMC de diminuição sensível dos subsídios diretos à produção, o que, uma vez implementado, tornaria a competição internacional mais leal e, portanto, mais favorável ao Brasil. Internamente, o governo está investindo no aprimoramento da infraestrutura física e da base legal, de modo a estimular a produção, a circulação, o transporte e a comercialização, interna e externa, dos produtos agrícolas. A meta é diminuir sensivelmente o custo Brasil, tornando os produtos brasileiros mais competitivos. Nesse sentido, promovemos recentemente uma revisão dos tributos que incidiam sobre exportações, privatizamos terminais portuários e a quase totalidade da malha ferroviária, adotamos medidas de estímulo ao transporte fluvial e de cabotagem. Temos consciência de que, ao lado de aportes tecnológicos, é importantíssima para o setor a redução dos custos financeiros, e sabemos que é necessário avançar também em outros setores, como no aperfeiçoamento da legislação trabalhista.

■ *Na questão tributária, como o senhor vê a isenção para os produtos da cesta básica?*

— Vejo a proposta de rebaixamento ou mesmo de isenção em alguns produtos, com muito interesse. Ainda mais quando o Ipea sinaliza que isso proporcionaria um forte aumento da renda real do trabalhador. A oferta brasileira de proteínas, fibras e cereais poderia ser mais plenamente absorvida, evitando-se estoques agrícolas exa-

gerados, que deprimem preços e mesmo a produção em anos subsequentes. O desenvolvimento agrícola depende da redução de barreiras ao seu crescimento. Todavia, estados e municípios utilizam os recursos provenientes dos impostos para pagar salários, gerar empregos, realizar obras de infraestrutura. Dessa forma, seria necessário negociar formas alternativas de financiamento. O assunto é complexo e deve ser examinado com toda a atenção, em suas diferentes facetas. Teoricamente, níveis menores de impostos sobre volumes maiores de produção e consumo deveriam proporcionar as receitas necessárias ao funcionamento adequado de um Estado mais enxuto e eficiente.

É preciso encontrar fórmulas que permitam melhor aproveitamento do nosso potencial agrícola de crescimento, ainda não explorado.

■ *O senhor foi entusiasta defensor do banco cooperativo. Por quê?*

— O banco cooperativo será o resultado da organização dos produtores e empresários da área agrícola, oferecendo o que o setor necessita para ter alternativas de captação de aplicação de recursos para o financiamento das atividades agrícolas. Demonstrará que existe maturidade organizacional capaz de captar recursos, externos e internos, aplicá-los de forma produtiva e fazer com que o setor se modernize gerencialmente para conviver com os mercados financeiros também globalizados. Será uma porta de entrada para investimentos no desenvolvimento do agronegócio brasileiro, uma forma de obter recursos com encargos financeiros menores e, mais importante, de garantir a recirculação dos recursos gerados no próprio setor. No banco cooperativo, o produtor terá um banco na medida de seus interesses, que pode funcionar como uma agência integral

de prestação de serviços, assistência técnica e gestão.

■ *Milhares de agricultores e trabalhadores rurais perderam seu trabalho em função de recorrentes erros na política econômica para o campo, nos últimos 20 anos. Como reparar isso, uma vez que a securitização de dívidas foi um paliativo, embora indispensável?*

— A substituição de mão-de-obra rural por modernos recursos da tecnologia não ocorre só no Brasil, nem pode ser atribuída exclusivamente a eventuais erros na condução de anteriores políticas econômicas. O mundo moderno exige a constante adaptação do setor produtivo a uma competição cada vez maior. Esse aumento provocou considerável mudança na produtividade dos fatores de produção. Novas tecnologias, novos modelos de gestão, avanços da biologia, da química, da eletrônica e da mecânica permitem produzir mais e melhor, com menos mão-de-obra. A solução não é voltar ao cabo da enxada que, além de pouco produtivo, demanda brutal esforço físico do trabalhador. Mesmo modernizando sua produção, o Brasil é dos poucos países que ainda mantêm um número elevado de habitantes na área rural, cerca de 1/4 da população. Mas é preciso admitir que mudaram as condições e variáveis macroeconômicas que determinam e condicionam as políticas passíveis de serem aplicadas no campo. A importância da securitização das dívidas não deve ser minimizada. Graças a esse mecanismo, milhares de produtores voltaram a produzir. O governo entendeu que era indispensável a introdução de mudanças nas condições de pagamento das dívidas dos agricultores e assim foi feito, mesmo a um elevado custo político, derivado da falta de compreensão demonstrada por alguns setores. A discussão sobre a securitização continua e persistirá até a última prestação ser paga. Sabemos disso e estamos de acordo que assim seja. Da mesma forma que mudam as condições da economia, muda também a situação dos bancos e dos agricultores. A agricultura seguirá sendo uma das prioridades de meu governo. Não se trata de usar soluções paliativas, mas de buscar aquelas que são possíveis no contexto de um processo em que se procura aten-

der os interesses legítimos dos mais diversos segmentos sociais.

■ *A importação de produtos agrícolas com subsídio na origem (entre outros efeitos da política econômica) destrói expressivo número de empregos rurais. De outro lado, o governo promove a reforma agrária, em boa medida para recuperar parcialmente aqueles empregos perdidos. Como o senhor vê essa contradição?*

— A agricultura brasileira está acostumada a conviver com importações e tem comprovado sua competitividade. Manter aberta a opção de importar produtos agrícolas — por força da integração econômica entre mercados, preços menores ou maior qualidade — é aspecto fundamental dentro de uma economia estabilizada e de uma política de abertura de mercados. O que é preciso fazer é aumentar as exportações para gerar emprego e renda. Ora, as exportações agrícolas estão gerando mais empregos do que as importações conseguem diminuir. Tanto é assim, que o superávit comercial agrícola previsto para este ano é de US\$12 bilhões. Além disso, tomamos medidas de controle em relação aos financiamentos para importação, uma vez que a competitividade de vários produtos estrangeiros em nosso mercado se devia muito mais ao financiamento do que ao preço ou à qualidade dos produtos. Muitos dos cálculos apresentados em relação à redução de empregos no campo são simplistas e equivocados. Por exemplo, nem todos que perderam o posto de trabalho no algodão, temporário, diga-se, ficaram desempregados. Muitos foram reaproveitados em outras culturas. E é bom lembrar que, graças à importação do fio, foi possível aumentar a exportação de têxteis, gerando mais emprego na indústria. Não há dúvida de que a importação de produtos subsidiados na origem pode prejudicar nossos produtores e, por isso, tal prática tem sido sistematicamente repelida pelo governo. Lembro que o Brasil pertence ao Grupo de Cairns e é contra todo tipo de subsídio aos produtos estrangeiros. Mas o problema requer ação conjugada do governo e da iniciativa privada, denunciando à OMC a prática de comércio desleal e exigindo as medidas compensatórias correspondentes. Já a questão da reforma agrária deve ser vista sobretudo da perspectiva social, como forma de se oferecer, a um número muito

expressivo de famílias, a oportunidade de assentamento em locais onde haja infraestrutura básica de acesso à educação, saúde, transporte, segurança e de mercado.

■ *Qual o papel do Conselho Nacional de Política Agrícola?*

— O Conselho Nacional de Política Agrícola deve identificar linhas de ação que permitam à agricultura brasileira realizar, em termos econômicos e também sociais, seu enorme potencial de crescimento. Em termos de funcionamento, o Conselho deve ter em conta princípios de excelência de gestão e indicadores de competitividade para perseguir seus objetivos, que devem ser aqueles determinados pela sociedade brasileira. Deve ser leve e ágil para rapidamente responder às mudanças requeridas por essa mesma sociedade. É preciso que fique muito claro que o CNPA não pode ser um órgão meramente legitimador dos interesses de alguns segmentos mais articulados ou mais bem representados, em detrimento de outros. Sua atuação deve guiar-se, invariavelmente, pelo interesse maior do país e da sociedade, sob o risco de que se perca o horizonte estratégico em função de questões pontuais, do interesse de alguns poucos. A boa atuação do Conselho está necessariamente vinculada a sua representatividade. Daí a importância de que nele estejam legitimamente representadas as diversas categorias: trabalhadores, empresários, produtores rurais e consumidores, ao lado do próprio governo.

■ *Em um segundo mandato, a agricultura terá prioridade?*

— Tenho um compromisso permanente com a agricultura, por tudo que ela representa, no Brasil, em termos sociais e econômicos. O setor agrícola tem notável capacidade de criação de empregos e geração e distribuição de renda. Além disso, tem um papel crucial a desempenhar no contexto dos esforços do país para melhorar sua inserção global. O presente e o futuro do Brasil estão intrinsecamente ligados à agricultura. Não quero especular sobre um eventual segundo mandato, mas posso assegurar que meu governo continuará a promover o desenvolvimento da agricultura nacional, seja no apoio às inovações tecnológicas,

que dependem do ensino e da pesquisa, seja no aperfeiçoamento da infraestrutura e conseqüente redução do custo Brasil. O agricultor nacional já provou que é competitivo e o governo fará o que for possível para facilitar as atividades do setor, que é, repito, essencial para o futuro do Brasil.

■ *O senhor gostaria de acrescentar algo?*

— Quero dizer que, do ponto de vista puramente econômico, estamos encarando a agricultura de forma mais abrangente, da ótica do agronegócio, com foco no mercado. Nesse sentido, a atividade deve gerar lucro, resultado financeiro. Para isso, o setor tem que melhorar sua competitividade, o que só se obtém com eficiência de gestão, redução de custos, tecnologia, produtividade e qualidade do produto final. É importante que se aprofundem e expandam o associativismo e o cooperativismo, de modo a somar forças. Com isso, um número cada vez maior de produtores pode alcançar melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que se estimula o espírito empreendedor e se empresta maior dinamismo ao setor.

Gostaria, em especial, de ressaltar o trabalho que está sendo feito junto aos pequenos produtores, atendidos, desde o final de 1995, com o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), cujos resultados iniciais são extremamente promissores. É gratificante ver esses produtores buscando crédito, apoio na extensão rural e novas tecnologias para produzir e gerar riquezas. A intenção é inseri-los no mercado, fazendo com que saiam do patamar da subsistência e da insegurança que vinha expulsando tanta gente do campo. O compromisso é fazer do mercado um fator de inclusão e não de exclusão. É importante que sejam dadas a esses agricultores condições objetivas e segurança para produzir, em benefício de suas famílias e do país. É isso que estamos fazendo com o Pronaf.

Entrevista exclusiva elaborada pela equipe de redação de *Agroanalysis*.